



JUSTIÇA FEDERAL
Seção Judiciária de Pernambuco

CADERNO DE PROVA CIÊNCIAS CONTÁBEIS

DATA 24/09/2021

PROCESSO SELETIVO PARA O QUADRO DE ESTAGIÁRIOS DE NÍVEL SUPERIOR DA JUSTIÇA FEDERAL EM PERNAMBUCO (JFPE).

PROVA

Este Caderno de Provas foi aplicado na modalidade on-line, contendo 30 (trinta) questões objetivas e 01(uma) Redação.

INFORMAÇÕES GERAIS

Prova aplicada conforme requisitos de segurança dispostos no Edital do Certame e no ambiente virtual.

REDAÇÃO

Redigir um texto Dissertativo-Argumentativo, tendo como tema: "**Século XXI: Um mundo em transformação**".

Os textos abaixo servirão apenas como reflexão, não podendo ser plagiados nem parafraseados.

A redação deverá:

- Ter um título;
- Obedecer às regras ortográficas vigentes;
- Ter progressão temática;
- Ser coesa e coerente;
- Ter, no mínimo 10 linhas e, no máximo, 30 linhas.

Receberá nota 0,00 (zero) e será ELIMINADO da Seleção Pública, independente da Nota e da Classificação obtida na Prova Objetiva, o candidato que, na redação:

- Fugir completamente do tema proposto;
- Apresentar textos de forma não articulada verbalmente (números e palavras soltas);
- Desrespeitar os Direitos Humanos;
- Redigir o texto em verso;
- Entregar em branco.

TEXTO 1

ISTOÉ - O que caracteriza a "modernidade líquida"?

Zygmunt Bauman - Líquidos mudam de forma muito rapidamente, sob a menor pressão. Na verdade, são incapazes de manter a mesma forma por muito tempo. No atual estágio "líquido" da modernidade, os líquidos são deliberadamente impedidos de se solidificarem. A temperatura elevada — ou seja, o impulso de transgredir, de substituir, de acelerar a circulação de mercadorias rentáveis — não dá ao fluxo uma oportunidade de abrandar, nem o tempo necessário para condensar e solidificar-se em formas estáveis, com uma maior expectativa de vida.(...)

ISTOÉ - Como fica o futuro nesse contexto de constantes mudanças?

Zygmunt Bauman - Nossos ancestrais eram esperançosos: quando falavam de "progresso", se referiam à perspectiva de cada dia ser melhor do que o anterior. Nós estamos assustados: "progresso", para nós, significa uma constante ameaça de ser chutado para fora de um carro em aceleração. De não descer ou embarcar a tempo. De não estar atualizado com a nova moda. De não abandonar rapidamente as suficientes habilidades e hábitos ultrapassados e de falhar ao desenvolver as novas habilidades e hábitos que os substituem. Além disso,

ocupamos um mundo pautado pelo "agora", que promete satisfações imediatas e ridiculariza todos os atrasos e esforços a longo prazo. Em um mundo composto de "agoras", de momentos e episódios breves, não há espaço para a preocupação com "futuro".

(PRADO, Adriana. Entrevista "Vivemos em tempo líquido: Istoe.com.br/102775 acesso em 15/09/2021

TEXTO 2

Visão holística do homem: século XXI

Deus representa o todo no universo, Ele é o próprio Universo. Dinâmico, por isso a natureza também o é. Seguindo o princípio de Lavoisier: "No mundo nada se cria, nada se perde, tudo se transforma", existe a inserção do Todo Poderoso como princípio de tudo e o homem, em geral, não se propõe às mudanças necessárias para uma vivência coerente com os paradigmas éticos e morais.

Com o passar dos séculos, na época do Renascimento, surge o Pansofismo, no período paradoxal do Barroco, vindo à tona a Reforma Protestante e a necessidade de renovação de antigas teorias, que aliassem ciência e religião. Filósofos, pedagogos, cientistas, utilizando também o raciocínio lógico, mente e religião firmaram conceitos com novos ditames. Dentre eles, salientou-e o grande educador, filósofo, teólogo, pesquisador Comênio(1592-1670). A educação segundo este educador sofreu um novo enfoque, que somente voltou a ser explorado no século XX, pois ele viu a educação como uma necessidade de ser extensiva a todos os seres humanos, incluindo pessoas com deficiência e mulheres, fugindo do conceito da época.

(CELINA, Arnes, artigo, acesso em 16/09/2021)

LÍNGUA PORTUGUESA

TEXTO PARA AS QUESTÕES 1 A 5

Liberdade de Imprensa X Liberdade de Expressão

Por ACS

Ambos são considerados como direitos fundamentais, garantidos pelo artigo 5º de nossa Constituição Federal. Todavia, há algumas distinções a serem consideradas.

A liberdade de imprensa decorre do direito de informação. É a possibilidade do cidadão criar ou ter acesso a diversas fontes de dados, tais como notícias, livros, jornais, sem interferência do Estado. O artigo 1º da Lei 2.083/1953 a descreve como liberdade de publicação e circulação de jornais ou meios similares, dentro do território nacional.

A liberdade de expressão está ligada ao direito de manifestação do pensamento, possibilidade do indivíduo emitir suas opiniões e ideias ou expressar atividades intelectuais, artísticas, científicas e de comunicação, sem interferência ou eventual retaliação do governo. O artigo 19 da Declaração Universal dos Direitos Humanos define esse direito como a liberdade de emitir opiniões, ter acesso e transmitir informações e ideias, por qualquer meio de comunicação. Importa ressaltar que o exercício de ambas as liberdades não é ilimitado. Todo abuso e excesso, especialmente quando verificada a intenção de injuriar, caluniar ou difamar, pode ser punido conforme a legislação Civil e Penal.

(ACS. Liberdade de Imprensa X Liberdade de Expressão. Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios - TJDF, 2021. Disponível em:

<https://www.tjdft.jus.br/institucional/imprensa/campanhas-e-produtos/direito-facil/edicao-semanal/liberdade-de-imprensa-x-liberdade-de-expressao>. Acesso em 05/09/2021.)

1. O texto tem por objetivo

- A) exemplificar dois direitos garantidos pela Constituição Federal.
- B) defender a ideia de que todos devem conhecer seus direitos.
- C) expor particularidades acerca de dois direitos fundamentais.
- D) apresentar e discutir as leis complementares à Constituição Federal.
- E) mostrar que a liberdade de imprensa está restrita ao território nacional.

2. Predomina no texto a função

- A) emotiva da linguagem, uma vez que o foco central do texto está na opinião do autor acerca de dois direitos constitucionais.
- B) metalinguística da linguagem, uma vez que o foco central do texto está no detalhamento do processo de construção textual.
- C) poética da linguagem, uma vez que o foco central do texto é o detalhamento das características inerentes a dois direitos constitucionais.
- D) conativa da linguagem, uma vez que o foco central do texto é convencimento do leitor acerca da limitação de dois direitos constitucionais.
- E) referencial da linguagem, uma vez que o foco central do texto é explanação objetiva da informação acerca de dois direitos constitucionais.

3. A tipologia textual predominante no texto é

- A) narrativa.
- B) descritiva.
- C) injuntiva.
- D) dissertativa.
- E) denotativa.

4. Em "O artigo 1º da Lei 2.083/1953 a descreve como liberdade de publicação e circulação de jornais ou meios similares, dentro do território nacional.", o termo em destaque faz referência à

- A) liberdade de expressão.
- B) liberdade de imprensa.
- C) fonte de dados.
- D) manifestação do pensamento.

E) interferência do Estado.

5. Em "Importa **ressaltar** que o exercício de ambas as liberdades não é ilimitado.", o termo em destaque pode ser substituído, sem prejuízo de sentido, por

A) comprovar.

B) validar.

C) retificar.

D) ratificar.

E) destacar.

6. TEXTO



(DUKE. Charge. O Tempo, 23/06/2020. Disponível em: <https://www.otempo.com.br/charges/charge-o-tempo-23-06-2020-1.2352351>
Acesso em 05/09/202.)

Sobre o texto, analise as afirmações abaixo.

I. O texto faz uma crítica ao comportamento das pessoas no início e no meio da pandemia.

II. O personagem adota uma postura cautelosa no início da pandemia e imprudente no meio da pandemia.

III. O texto utiliza como recurso expressivo a ambiguidade da expressão informal "chutar o balde".

É correto o que se afirma em

A) I.

B) I e II.

C) I e III.

D) I, II e III.

E) II e III.

7.



BECK, A. 3842/21 Disponível em: <https://www.facebook.com/tirasarmandinho/photos/pb.488356901209621.-2207520000./4634204389958164/?type=3&theater>
Acesso em 05/09/2021.

A vírgula foi utilizada no primeiro quadrinho para isolar

A) o sujeito do predicado.

B) o vocativo.

C) o sujeito da oração.

D) o objeto direto.

E) o pronome.

8.



BECK, A. 3842/21 Disponível em: <https://www.facebook.com/tirasarmandinho/photos/pb.488356901209621.-2207520000./4634204389958164/?type=3&theater>
Acesso em 05/09/2021.

Em relação aos pronomes demonstrativos presentes na tirinha, analise as afirmações a seguir.

I. No primeiro quadrinho, o garotinho deveria ter usado o pronome "esse" em vez de "este", pois o objeto ao qual se refere está perto dele.

II. No primeiro quadrinho, o garotinho poderia ter usado o pronome "esse", já que não há distinção, segundo a gramática normativa, entre "este" e "esse".

III. No segundo quadrinho, o garotinho usou corretamente o pronome "aquele", já que o objeto ao qual se refere está longe dele e de seu pai.

IV. No segundo quadrinho, o pai do garoto utilizou corretamente o pronome "esse", já que o objeto ao qual se refere está próximo do filho.

Está correto o que se afirma apenas em

A) I e II.

B) I e III.

C) III e IV.

D) II e III.

E) I e IV.

9. TEXTO



(LUTE. Hoje em Dia, 15/05/2020. Disponível em: <https://www.hojeemdia.com.br/opini%C3%A3o/blogs/blog-do-lute-1.366314/charge-do-lute-15-05-2020-1.786760> Acesso em 04/09/2021)

Para criar o efeito de humor, o autor da charge utilizou a figura de linguagem denominada

A) eufemismo.

B) paradoxo.

C) antítese.

D) hipérbole.

E) silepse.

TEXTO PARA AS QUESTÕES 10 E 11

O "JURIDQUÊS" EM TEXTOS JURÍDICOS

Uma linguagem evasiva, com o uso recorrente e desnecessário de adjetivos e advérbios, bem como de expressões ambíguas, termos rebuscados, excesso de latinismo, frases redundantes e parágrafos longos, conhecida como "juridiquês", quando adotada por operadores do Direito, pode comprometer o entendimento, sobretudo do cidadão comum, e até mesmo tornar-se uma barreira para o acesso à Justiça. Para ilustrar, vejamos a seguir alguns exemplos encontrados em textos jurídicos.

Termos e expressões rebuscados e/ou arcaicos:

"abroquelar" (fundamentar); "apelo extremo" (recurso extraordinário); "autarquia ancilar" (INSS); "cártula chéquica" (folha de cheque); "caderno indiciário" (inquérito policial); "com espeque / fincas / supedâneo no artigo" (com base no artigo); "consorte supérstite" (viúvo/a); "consorte virago" (esposa); "despiciendo" (desprezível); "ergástulo público" (cadeia); "exordial increpatória" (denúncia - peça inicial do processo criminal); "fulcro" (fundamento); "indigitado" (réu); "vistor" (perito). [...]

(JESUS, J. R.; EMÍDIO, V. L. O "juridiquês" em textos jurídicos. Justiça Federal. Tribunal Regional Federal da 3ª Região, 04/03/2021. Disponível em: <https://www.trf3.jus.br/emag/emagconnecta/conexaoemag-lingua-portuguesa/o-juridiques-em-textos-juridicos/> Acesso em 05/09/2021.)

10. Segundo o texto, o "juridiquês" é

A) essencial na esfera jurídica, já que é uma linguagem muito usada por advogados e juízes.

B) uma linguagem evasiva, isto é, metafórica, o que torna o texto jurídico mais literário.

C) uma linguagem rebuscada que deve ser evitada, pois pode comprometer a comunicação.

D) uma linguagem que utiliza parágrafos longos para melhor expor a argumentação jurídica.

E) uma linguagem que se utiliza de expressões ambíguas para confundir os cidadãos comuns.

11. Com relação às palavras "juridiquês", "júri" e "jurídico", analise as afirmativas a seguir.

I. A palavra "juridiquês" é acentuada, pois todas as oxítonas terminadas em "s" são acentuadas.

II. A palavra "júri" é acentuada, pois todas as oxítonas terminadas em "i" são acentuadas.

III. A palavra "jurídico" é acentuada, pois todas as proparoxítonas são acentuadas.

IV. As palavras "juridiquês", "júri" e "jurídico" são acentuadas, pois são palavras cognatas.

É correto o que se afirma em

A) I e II apenas.

B) I e III apenas.

C) III e IV apenas.

D) I apenas.

E) III apenas.

TEXTO PARA AS QUESTÕES 12 E 13

Epitáfio

Max Nunes

Num cemitério, sobre a laje:

Foste um mau pai

Foste um mau marido

Foste um mau filho

Foste um mau amigo

Foste um mau irmão

Foste um mau cristão

Enfim: foste!

(NUNES, M. Epitáfio. Disponível em: <https://almanaquenilomoraes.blogspot.com/2014/03/textos-de-max-nunes.html?m=1> Acesso em 05/09/2021.)

12. O efeito de humor do texto decorre da

A) homenagem ao morto ter sido feita em um cemitério.

B) homenagem ao morto ter sido escrita sobre a laje.

C) ambiguidade gerada por meio da forma verbal "foste".

D) gratidão que os filhos sentem pelo pai, apesar de tudo.

E) gratidão que a esposa sente pelo marido, apesar de tudo.

13. O sujeito da forma verbal "foste" é classificado como

A) paciente.

B) composto.

C) indeterminado.

D) desinencial.

E) inexistente.

14.



(Disponível em <https://portuguesemplacas.blogspot.com/2014/> Acesso em 05/09/2021)

Sobre o texto verbal contido na placa, analise as afirmativas a seguir.

I. O texto está em conformidade com a gramática normativa, pois atende às regras de concordâncias verbal e nominal.

II. O verbo está na voz passiva, por isso não há necessidade de haver concordância com o sujeito "salas comerciais".

III. O verbo "alugar" é transitivo indireto acompanhado de "se", por isso deve permanecer no singular, já que o sujeito é indeterminado.

IV. O verbo "alugar" deveria estar flexionado no plural, pois deve concordar com o sujeito simples "salas comerciais".

É correto o que se afirma em

A) I e II apenas.

B) III e IV apenas.

C) II apenas.

D) III apenas.

E) IV apenas.

15. Assinale a alternativa em que o uso da crase é facultativo.

A) O homem foi até à recepção reclamar do atendimento.

B) A empresa enviou, por e-mail, o contrato à cliente.

C) O filho iria encontrar a mãe às 14 horas no shopping.

D) Meus tios foram à Itália durante as férias de final de ano.

E) Sentia-se mais confiante à medida que assimilava os conceitos.

CIÊNCIAS CONTÁBEIS

16. O Código de Ética Profissional do Contador tem como objetivo, a fixação da conduta do profissional de contabilidade no exercício de suas atividades e nos assuntos inerentes à profissão e classe. Em consonância com o Código de Ética, é incorreto afirmar, que seja um dos deveres do contador:

- A) recusar sua indicação em trabalho quando reconheça não se achar capacitado para a especialização requerida.
- B) manifestar, sempre que necessário, a existência de impedimento para o exercício da profissão.
- C) cumprir os Programas de Educação Continuada de acordo com o estabelecido pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC).
- D) atender à fiscalização do exercício profissional e disponibilizar papéis de trabalho, relatórios e outros documentos solicitados.
- E) informar o número de registro, o nome e a categoria profissional após a assinatura em trabalho de contabilidade, propostas comerciais, contratos de prestação de serviços e em todo e qualquer anúncio, placas, cartões comerciais e outros.

17. Em consonância com a legislação vigente, tratando das Sociedades por Ações, em que pese as debêntures, é incorreto afirmar que

- A) a companhia poderá emitir debêntures que conferirão aos seus titulares direito de crédito contra ela, nas condições constantes da escritura de emissão e, se houver, do certificado.
- B) a companhia poderá efetuar mais de uma emissão de debêntures, e cada emissão pode ser dividida em séries.
- C) ainda que no caso de obrigação que possa ter o pagamento estipulado em moeda estrangeira, a debênture terá valor nominal expresso em moeda nacional.
- D) as debêntures da mesma série terão igual valor nominal e conferirão a seus titulares os mesmos direitos.
- E) a época do vencimento da debênture deverá constar da escritura de emissão e do certificado, podendo a companhia estipular amortizações parciais de cada série, criar fundos de amortização e reservar-se o direito de resgate antecipado, parcial ou total, dos títulos da mesma série.

18. É legalmente previsto que a companhia poderá emitir certificados de múltiplos de debêntures e, de forma provisória, cautelas que as representem, atendidos os requisitos previstos

pela Lei 6.404 de 1976. É incorreto afirmar que, os certificados das debêntures conterão como um de seus requisitos:

- A) a designação da emissão e da série.
- B) o número de ordem.
- C) a denominação "Debênture" e a indicação da sua espécie, pelas palavras "com garantia real", "com garantia flutuante", "sem preferência" ou "subordinada".
- D) a data da emissão do certificado e a assinatura de um dos diretores da companhia.
- E) a autenticação do agente fiduciário, se for o caso.

19. É previsto pela Constituição Federal de 1988, sobre a fiscalização contábil, financeira e orçamentária, que o controle externo, a cargo do Congresso Nacional, será exercido com o auxílio do Tribunal de Contas da União. São alguns dos requisitos necessários aos brasileiros para nomeação ao cargo de Ministro do Tribunal de Contas da União, exceto:

- A) Reputação ilibada.
- B) Mais de três anos de exercício de função ou de efetiva atividade profissional que exija conhecimentos nas áreas previstas pela Constituição Federal.
- C) Mais de trinta e cinco e menos de sessenta e cinco anos de idade.
- D) Idoneidade moral.
- E) Notórios conhecimentos jurídicos, contábeis, econômicos e financeiros ou de administração pública.

20. A luz da Constituição Federal de 1988, com observância as normas de intervenção do Estado no domínio econômico, a competência da União para emitir moeda será exercida exclusivamente

- A) pela casa da moeda, empresa estatal, vinculada ao Ministério da fazenda.
- B) pela Secretaria do Tesouro Nacional, órgão da administração pública direta, vinculada ao Ministério da Economia do Brasil.
- C) pelo Banco do Brasil, Sociedade de Economia Mista, Vinculada a Casa da Moeda do Brasil.
- D) pela Secretaria do Tesouro Nacional, órgão da administração pública direta, vinculada ao Ministério da Fazenda.

E) pelo Banco Central, autarquia federal autônoma, vinculada ao Ministério da Economia.

21. A Constituição Federal de 1988 estabelece que as Leis de iniciativa do Poder Executivo, estabelecerão o plano plurianual, as diretrizes orçamentárias e os orçamentos anuais. Nesse sentido, a luz da Constituição Federal, é correto afirmar que o Poder Executivo publicará, em até

A) cento e vinte dias após o encerramento de cada semestre, relatório detalhado da execução orçamentária.

B) trinta dias após o encerramento de cada bimestre, relatório resumido da execução orçamentária.

C) noventa dias após o encerramento de cada bimestre, relatório detalhado da execução orçamentária.

D) quarenta e cinco dias após o encerramento de cada trimestre, relatório detalhado da execução orçamentária.

E) noventa dias após o encerramento de cada bimestre, relatório resumido da execução orçamentária.

22. Em consonância com a Lei 4.320 de 1964, que estabelece normas gerais de direito financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal, é correto afirmar, que pertence a categoria econômica denominada "despesa de capital" o indicado na alternativa:

A) Despesas de custeio e transferência capital.

B) Inversões Financeiras e investimentos.

C) Investimentos e despesas de custeio.

D) Transferências correntes e inversões financeiras.

E) Transferência de capital e transferências correntes.

23. Sobre os créditos adicionais, previsto pela Lei 4.320 de 1964, que instituiu normas gerais de Direito Financeiro e define que são créditos adicionais, as autorizações de despesa não computadas ou insuficientemente dotadas na Lei de Orçamento, é correto afirmar que, os créditos adicionais destinados a reforço de dotação orçamentária são classificados como

A) suplementares.

B) especiais.

C) extraordinários.

D) crédito de urgência.

E) adicional de urgência.

24. A programação de despesas, após a promulgação da Lei de Orçamento, nos moldes de seus limites estabelecidos, imediatamente, o Poder Executivo aprovará um quadro de cotas das despesas que cada unidade orçamentária ficará autorizada a utilizar. É correto afirmar que o quadro será referente a cotas

A) mensais.

B) bimestrais.

C) trimestrais.

D) semestrais.

E) anuais.

25. Em conformidade com a Lei Complementar nº 101 de 2000, que estabelece normas de finanças voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal, no que tange seus efeitos, a dívida pública representada por títulos emitidos pela União, inclusive os do Banco Central do Brasil, Estados e Municípios, é definida como

A) dívida pública consolidada.

B) dívida pública mobiliária.

C) dívida pública fundada.

D) operação de crédito.

E) concessão de garantia.

26. Em conformidade com a legislação sobre normas de finanças públicas vigentes no Brasil, será facultado optar por divulgar semestralmente o relatório de gestão fiscal, entre as alternativas dispostas, apenas os Municípios com população inferior a

A) cem mil habitantes.

B) noventa mil habitantes.

C) oitenta mil habitantes.

D) cinquenta mil habitantes.

E) trinta mil habitantes.

27. Os princípios orçamentários são o conjunto de premissas fundamentais norteadoras da prática orçamentaria, devendo ser observados em todas as etapas do processo. É um dos princípios orçamentários modernos o princípio

- A) da uniformidade.
- B) da descentralização.
- C) da não-afetação das receitas.
- D) do equilíbrio.
- E) do orçamento bruto.

28. Os atos processuais são atos jurídicos praticados dentro do processo, que impulsiona a uma decisão definitiva, observando, sempre, todos os procedimentos inerentes a ele para que a relação processual não se torne ineficaz. Embora público, tramitará em segredo de justiça, definido pelo Código de Processo Civil, todos os casos descritos abaixo, exceto, nos processos

- A) em que o exija o interesse público.
- B) que versem sobre casamento, separação de corpos, divórcio, separação, união estável, filiação, alimentos e guarda de crianças e adolescentes.
- C) em que o exija o interesse social.
- D) que versem sobre arbitragem, inclusive sobre cumprimento de carta arbitral, desde que a confidencialidade estipulada na arbitragem seja comprovada perante o juízo.
- E) em que conste dados protegidos pelo direito constitucional à liberdade.

29. O código processual civil brasileiro estabelece que os atos processuais sejam realizados nos prazos legalmente prescritos. Nesse sentido, é correto afirmar que:

- A) Quando a lei for omissa, o juiz determinará os prazos sem observância complexidade do ato.
- B) Quando a lei ou o juiz não determinar prazo, as intimações somente obrigarão a comparecimento após decorridas 72 (setenta e duas) horas.
- C) Inexistindo preceito legal ou prazo determinado pelo juiz, será de 10 (dez) dias o prazo para a prática de ato processual a cargo da parte.

D) Na contagem de prazo em dias, estabelecido por lei ou pelo juiz, serão computados somente os dias úteis.

E) Será considerado tempestivo o ato praticado após do termo inicial do prazo.

30. O código de processo civil brasileiro define que a decisão judicial transitada em julgado poderá ser levada a protesto, nos termos da Lei, depois de transcorrido o prazo para pagamento voluntário previsto em artigo específico no próprio código, ressaltando que para efetivação do protesto, incumbe ao exequente apresentar certidão de teor da decisão. A certidão de teor da decisão deverá ser fornecida no prazo de

- A) dois dias.
- B) três dias.
- C) quatro dias.
- D) cinco dias.
- E) quinze dias.